

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Ontem, dia 8 de setembro, uma delegação do Partido Comunista Português visitou o Agrupamento de Escolas Prof. Paula Nogueira, de Olhão, podendo constatar que, a quatro dias do início do ano letivo, os professores de educação especial ainda não foram colocados. Esta situação é inaceitável, recorrente e demonstrativa do desprezo do Governo PSD/CDS pelas crianças e jovens com necessidades especiais.

Importa referir que o Agrupamento de Escolas Prof. Paula Nogueira é a escola de referência para o distrito e integra uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita. Assim sendo, o Ministério da Educação e Ciência tem cabal conhecimento de que, para o normal funcionamento desta Unidade e de todo o Agrupamento, todos os anos letivos existem necessidades permanentes com docentes de educação especial que não podem ser supridas anualmente mas sim de forma efetiva assegurando a integração dos docentes no mapa de pessoal deste Agrupamento.

O Agrupamento dispõe de apenas 4 professores do quadro de educação especial, que dão apoio aos alunos com necessidades educativas especiais em contexto de sala de aula. Para este tipo de apoio são necessários mais 4 professores, além de outros 4 para a Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita.

Particularmente grave é a situação da Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita deste Agrupamento. Esta Unidade, que tem 6 alunos do 1.º ciclo e 6 alunos dos 2.º e 3.º ciclos, não poderá funcionar enquanto não forem colocados os professores de educação especial.

Relembra-se que no ano letivo passado, o Ministério da Educação e Ciência apenas colocou os professores da Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita em novembro, causando sérios prejuízos aos alunos e às suas famílias.

Esta situação inadmissível, que revela um profundo desrespeito e desprezo do Governo relativamente aos direitos destas crianças e jovens, é infelizmente recorrente por parte do Ministério da Educação e Ciência.

Ao atrasar a colocação dos professores de educação especial, o Governo é responsável pela discriminação dos alunos com necessidades educativas especiais e pela degradação do seu processo pedagógico e inclusivo. O PCP entende que é urgente a contratação de todos os meios humanos necessários ao normal funcionamento do Agrupamento e o cumprimento da Escola Pública Inclusiva para todos.

Ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação e Ciência, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Ministério da Educação e Ciência que o atraso na colocação de professores de educação especial acarreta sérios prejuízos para os alunos com necessidades educativas especiais?
2. Reconhece o Governo que não está a assegurar a igualdade de oportunidades e com isto a incumprir a Constituição da República Portuguesa, a Convenção de Salamanca e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência?
3. Quando serão colocados os professores de educação especial do Agrupamento de Escolas Prof. Paula Nogueira em Olhão? Irá o Ministério da Educação e Ciência colocar os 8 professores em falta?
4. Pode o Ministério da Educação e Ciência garantir que, contrariamente ao que aconteceu no ano letivo passado, a Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita do Agrupamento de Escolas Prof. Paula Nogueira terá condições para funcionar desde o primeiro dia do ano letivo?

Palácio de São Bento, terça-feira, 9 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

RITA RATO(PCP)